



A IRRESISTÍVEL ASCENSÃO DOS LIBERAIS PORTUGUESES

«Os nossos ainda escassos tecnocratas talvez estejam a reproduzir, em 1970, o papel da meia dúzia de burgueses de 1820...», escrevia João Martins Pereira há cerca de um ano, nas páginas desta revista (1). Às portas da Europa e da estrada de Santiago, este «Portugal dos pequeninos» tem sido marcado, após a Independência (1640), pela contradição entre o atraso das infraestruturas e uma superestrutura afrancesada. As classes dominantes têm, no exercício das suas dominações, importando de além-Pirinéus as ideologias e os ordenamentos políticos das suas confrades. A mística do Progresso, que as burguesias habitualmente consomem e dão a consumir aos cidadãos dos seus Estados, tem sido, para a nossa caseira burguesia, o contraponto ideológico necessário ao real atraso das forças produtivas, ao diminuto excedente económico nacional, à diminuta acumulação, ao diminuto crescimento económico.

Em 1820, meia dúzia de burgueses foram, em Lisboa e Porto, intérpretes de um entreacto que *julgam ser* a Revolução Burguesa; cem anos depois, porém, a estrutura socio-económica portuguesa justificava *ainda*, um autoritarismo que se reclamava puramente conservador e cujas similitudes constitucionais com os *antigos regimes* foram evidentes (2). (Paradoxalmente, foi esse autoritarismo que, sem pronunciar o santo nome do Progresso, praticou o progresso permitido às classes dominantes em Portugal na primeira metade deste século). Em 1970, os detentores do Poder exercem-no novamente em termos de Progresso e conotam-no com Europa, desafio industrial, Europa, modernização da agricultura, Europa, liberalização, Europa, pluralismo, Europa, participação, Europa, etc., Europa.

Eis-nos perante «um novo fenómeno de antecipação superestrutural» (3). Se o caminho para a Europa

(1) João Martins Pereira, «A longa descoberta do caminho marítimo para a Europa», *O Tempo e Modo*, n.º 73 (Nova Série).

(2) «A concentração da propriedade manteve-se sob o regime liberal, assim como subsistia na vigência do antigo, se bem que a extinção das ordens religiosas e a venda dos bens nacionais tivessem permitido desamortizar imensas parcelas do território nacional. Mas, na realidade, pela lei das indemnizações (de que foram beneficiários os emigrados, presos e homiziados durante o reinado de D. Miguel) e pela política

de empréstimos ao Estado, a propriedade transferiu-se dos antigos senhores feudais para os monopolistas do liberalismo. (Victor de Sá, *A Revolução de Setembro de 1836*).

(3) João Martins Pereira, loc. cit. («Esta realidade trata-se de um novo fenómeno de antecipação superestrutural, por importação de uma ideologia em avanço sobre as bases económico-sociais. Os nossos ainda escassos tecnocratas talvez estejam a reproduzir, em 1970, o papel da meia dúzia de burgueses de 1820»).

é irreversível (*), se a teia das trocas comerciais (*) faz depender o capital nacional do capital estrangeiro (i. e.: europeu, i. e.: americano (*)), se a fase suprema (última) do capitalismo é internacional, se tudo isto é certo, não o é menos que: subsistem, no interior da formação social portuguesa, relações de produção pré-capitalistas cuja resistência à modernização é evidente; acima de tudo, há a «questão africana», as suas dificuldades e as contradições por elas desenvolvidas. Eis-nos perante um fenómeno de antecipação super-estrutural. Como se caracteriza, porém? Qual a sua viabilidade estratégica e tática? Qual a sua função precisa?

II

Conta o eng. Rogério Martins, actual secretário de Estado da Indústria e um dos nossos mais convictos «eurocratas» (*) que, conversando um dia longamente com um velho negro que trabalhara no Rand, juntara pecúlio e vira mundo, este lhe dizia: «o português é bom, mas tem um defeito, não sabe criar o dinheiro(*)». «É aqui que se insere a Indústria», comenta o estadista. É aqui, numa reforma da estrutura económico-social e da «mentalidade» que reside a aposta dos «liberais» e, para além dela, da República Social Portuguesa. (O desenvolvimento económico é sempre o desenvolvimento do poder de uma determinada classe social e só é historicamente possível onde e quando a relação de forças dominantes/dominados o permite. Eis o que o pensamento burguês e o pensamento revisionista (que é uma das suas variantes) não podem entender: o desenvolvimento decorre para ambos, de uma *capacidade para* ou de uma *vontade de* «fazer dinheiro»).

Usando uma linguagem «rude» recusando-se a «recitar poesia gongórica», o secretário de Estado da Indústria faz, nos textos coligidos em *Caminho de País Novo* — compilação de intervenções e discursos proferidos desde 6 de Maio de 1969 a 20 de Junho de 1970 — um levantamento da Economia portuguesa, que culmina no discurso de abertura do Colóquio de

Política Industrial (*). Inútil se torna recordar os termos do diagnóstico: desde 27 de Setembro de 1968 (mais concretamente: desde a remodelação ministerial de Janeiro de 70), os grandes nomes do Estado (segundo o exemplo dos grandes nomes da Indústria e da Finança) não nos poupam a estatísticas que comprovam o «atraso» do capitalismo português. Tudo se passa como se a classe dominante acordasse de um sono de séculos e, tendo aprendido as amargas lições do passado, esquecesse (suplantasse) o «progressismo» idealista da sua ala esquerda e o reaccionarismo agrário da sua ala direita para enfrentar as «duras» realidades da concorrência internacional e os «ciclónicos trabalhos» que esta 2.ª metade do século XX — marcada pelo super-imperialismo, pela «descolonização» e pelo neo-colonialismo — reserva às metrópoles intermédias. A entrada definitiva do capitalismo português na órbita de capitalismo internacional fustiga a classe dominante e os seus ideólogos.

Reflectindo esse despertar, os discursos do eng. Rogério Martins são produto de uma prática política (ministerial) *directamente* ancorada na prática social da classe cujos interesses prossegue: foram todos pronunciados em reuniões, congressos e colóquios de industriais e «homens de negócio», em inaugurações de fábricas e em relatórios públicos de viagens às metrópoles europeias. «O fundo da questão» — escreveu o eng. Rogério Martins na revista *Empresa* em Dezembro de 1969 (*) — «é que o empresário tem um papel crucial na transformação da sociedade», o empresário é «agente transformador da sociedade».

Para o ministro da Indústria da República Social, o capitalista é agente transformador da sociedade: o capitalista, o empresário, e não o D. Sebastião providencial gerado pela História no momento salvador.

III

Politicamente (i. e.: ao nível do que pode conceber como prática política — o aparelho de Estado, fundamentalmente), a burguesia portuguesa veste agora

(*) Os países do Mercado Comum são os nossos principais fornecedores. A EFTA é o nosso melhor cliente, com acentuado crescimento no ano findo, tal como aconteceu com o Mercado Comum, representado os dois blocos económicos cerca de 70 % do nosso movimento comercial com o estrangeiro.

Importação Metropolitana

	De países da EFTA	De países da CEE
1966	26,4 %	39,9 %
1967	26,7 %	39,1 %
1968	26,8 %	40,5 %
1969	28,6 %	40,6 %

Exportação Metropolitana

	P.º países da EFTA	P.º países da CEE
1966	37,6 %	25,3 %
1967	42,6 %	22,5 %
1968	43,7 %	22,5 %
1969	46,6 %	24,3 %

(*) Eufemismo utilizado pelo eng. Rogério Martins, actual secretário de Estado da Indústria.

(*) «O desenvolvimento parcelar da metrópole e global do espaço português não pode ser feito sem a nossa íntima colaboração com as nações altamente industrializadas do bloco ocidental. E, se se considera desejável que essa colaboração se intensifique com os Estados Unidos da América, parece que razões de geografia, de distância e de cultura nos levam a fazer parte, como até aqui, dos movimentos de integração europeia e a procurar essencialmente na velha Europa os recursos técnicos e financeiros de que necessitamos para recuperar o atraso da metrópole e ajudar o desenvolvimento dos nossos territórios situados no Terceiro Mundo». (Pinto Leite, *Política nacional e relações internacionais*, Discurso proferido na Assembleia Nacional a 14 de Abril de 1970, Moraes Editores, Lisboa 1970).

(*) O neologismo é do embaixador Franco Noqueira.

(*) Discurso proferido no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, em 18 de Maio de 1970, in *Caminho de País Novo*, Lisboa, 1970.

(*) 16 de Fevereiro de 1970.

(*) In *Caminho de País Novo*, págs. 181 e segs.

roupagens liberais: um liberalismo circunspecto (céptico quase) propõe-se suplantar a contradição «reaccionários»/«progressistas» que, desde 1820, tem cindido a burguesia em Portugal. Contradição não antagónica, que é preciso tratar justa e correctamente, compreende-o agora (tarde de mais?) a vanguarda política da classe dominante.

No seu primeiro discurso como secretário de Estado da Indústria ⁽¹¹⁾, o eng. Rogério Martins afirmava: «É necessário, nas sociedades pluralistas em que o desenvolvimento económico-social faz desembocar as sociedades tradicionais, que os chamados corpos intermédios sejam todos eles suficientemente representativos para permitirem um diálogo válido entre si e o Governo».

Linguagem similar é correntemente utilizada por outros membros do Governo apontados como «liberais» — o ministro da Educação, os secretários do Trabalho e do Comércio, o subsecretário do Planeamento. Mas os principais ideólogos deste tardio liberalismo português não estão no Terreiro do Paço. Têm cadeiras em São Bento, gentilmente cedidas pela UN-ANP em Outubro do ano passado, ou, pura e simplesmente, militam por enquanto naquilo que a burguesia designa como «a vida real»: são empresários, administradores, exercem profissões liberais, universitárias e intelectuais. De «formação católica», perdão, de «formação cristã», fazem a chameiriz entre o Governo e a Oposição, empenharam-se nas últimas eleições legislativas, como candidatos ou como membros activos das comissões eleitorais, em listas pró-governamentais ou em listas oposicionistas, propondo-se numas e noutras contribuir activamente para a «pacificação da vida nacional», para o «diálogo entre gover-



nantes e governados», para a «abertura à Europa» e para o «desenvolvimento económico e social». Últimamente, os jornais da tarde anunciaram (com lacerismo mas também com relevo) a constituição de uma «associação para o desenvolvimento económico e social», a SEDES, cuja autorização tinha sido requerida ao Governo (em Fevereiro deste ano) por 147 «personalidades» ⁽¹²⁾. Dadas as características de uma tal associação, dado aquilo que a Imprensa burguesa chama «os conditionalismos da vida política nacional» (leia-se: dada a actual relação de forças no seio da classe dominante), dada a qualidade e a quantidade das liberais personalidades requerentes, a SEDES poderá transformar-se na ponta de lança dos renovadores do regime ⁽¹³⁾. Tendo em conta que a transformação da velha UN numa organização política «moderna», bloqueada como está pelo peso dos notáveis locais e da «velha guarda» do salazarismo se reduziu

⁽¹¹⁾ Na Associação Industrial Portuguesa, em 6 de Maio de 1970, in *Caminho do País Novo*, pág. 13 e segs.

⁽¹²⁾ *Diário de Lisboa*, *Diário Popular* e *Capital* de 18 de Outubro de 1970.

⁽¹³⁾ Segundo o *Diário de Lisboa* de 4 de Novembro de 1970, a SEDES afirma-se «politicamente descomprometida» e pretende «reunir os esforços de todos quantos sentem a necessidade de transformar a sociedade portuguesa, atribuindo a maior importância à «definição de uma estratégia do desenvolvimento». Serão seus «princípios orientadores» a) «a obtenção de níveis elevados de desenvolvimento técnico, económico e cultural do País e a correspondente garantia de satisfação das necessidades individuais e colectivas»; b) «a definição de esquemas de participação activa das populações, através de estruturas pluralistas»; c) «a obtenção de iguais oportunidades económicas e culturais para toda a população»; d) «a organização de estruturas que permitam uma ampla e livre expressão das capacidades criadoras individuais»; e) «a colaboração activa da comunidade portuguesa na construção e funcionamento da ordem internacional». Considera «domínios prioritários» da sua acção as seguintes pontas: «sistema de planeamento capaz de assegurar maior racionalidade ao processo de desenvolvimento e a participação das populações e dos seus representantes na escolha das grandes opções nacionais»; «democratização autêntica, quantitativa e qualitativa de um sistema de ensino adequado à necessidade de educação permanente de toda a população»; «desenvolvimento global e generalizado do espírito científico»; «fomento de todas as formas de associação (...) com especial relevo para os movimentos sindicais e cooperativos»; «reestruturação dos grandes ramos de actividades»; «revisão do sistema fiscal»; «novas estruturas de participação política e administrativas»; «sistema de segurança social»; «organização dos espaços»; «políticas gerais de progresso». Observa-se que: 1) a SEDES rejeita a qualificação do partido político; num ordenamento constitucional em que os partidos estão banidos é esenato e realista fazê-lo — aliás a ANP é também uma associação e não um partido. 2) o programa da SEDES é omissivo acerca da guerra e da sua solução. 3) A SEDES é como a pecada: antes de ser já o era — antes de nascer já dispunha de lugares em S. Bento e de pastas ministeriais. 4) Quanto aos seus proponentes: a) Ao lado de dois membros do Governo (Xavier Pintado, secretário do Comércio, e João Salgueiro, subsecretário do Planeamento) figuram vários deputados e um bom número

de directores gerais e de altos funcionários. b) Entre as figuras que outrora militaram o anti-faxismo democrático, republicano, etc., etc., destacam-se significativamente: António Alcada Baptista, editor e advogado, ex-director da revista *O Tempo e o Modo*, ex-candidato a deputado pela Oposição Democrática; Rogério Fernandes, ex-director da revista *Saara Nova*; Mário Jorge Bruxelas, Gonçalo Ribeiro Telles e Joana Moraes Sarmento de Barros Baptista, ex-candidatos a deputados na lista de CEUD encabeçada em Lisboa por Mário Soares (Outubro de 1969). c) Três notórios sindicalistas figuram entre os 147 proponentes: Manuel José Bidarra de Almeida, Américo da Silva Ramalho e Dulcínio Calano Pereira. Os três fizeram parte de uma lista que disputou as eleições para a Direcção do poderoso Sindicato dos Profissionais de Escritório do Distrito de Lisboa. A lista foi derrotada, recorreu do resultado das eleições para o Tribunal de Trabalho, perdeu o recurso. O sr. Bidarra de Almeida é membro da Associação Portuguesa de Directores e Chefes de Pessoal. No dia 6 de Novembro de 1970, o *Diário de Notícias*, noticiando a sessão de abertura do IV Encontro Anual dessa associação escrevia: «Durante as sessões que se realizaram, antes e depois da hora do almoço, apresentaram comunicações os srs. Alberto Carvalho e Manuel Bidarra de Almeida, a que se seguiram debates sobre a oportunidade e justificação da criação imediata dos conselhos de empresa em Portugal.» d) Entre os 147 requerentes da SEDES não figuram alguns dos mais convictos e denodados liberais europeístas da nossa praça (de Rogério Martins e Sá-Carneiro, a Miller Guerra e a Pinto Leite, ainda vivo à data do requerimento de autorização). Tal facto radica muito provavelmente em meras considerações de ordem táctica. e) A SEDES poderá abrir as portas da férrea lei portuguesa a um associativismo que, substancialmente, realizará o apregoado — por gregos e troianos — pluralismo institucional. A «esquerda» compreendeu-o (batendo as palmas) a «Nota do Dia» do *Diário de Lisboa* de 5 de Novembro de 1970: «Ao dizer-se «descomprometida» do ponto de vista político, a nova associação não vem evidentemente dizer-nos que se tem por desinteressada pelo fenómeno político; Julgamos que, bem pelo contrário, é o fenómeno político que precisamente a interessa. Mas vem mostrar-nos, e isso é novo, desinteressada dos esquemas tradicionais. A direita, o sr. Francisco Cezal-Ribeiro, deputado por Lisboa, gritou «Aqui d'el rei na Voz de 6 de Novembro de 1970. Para eles, a SEDES trata-se de um cavaleiro de Tróia, donde, de um dia para o outro pode sair um partido político. Mas, sem conseguir, por sua vez, resistir à tentação associativa, acrescenta: «Daqui humildemente lanço um veemente apelo, para que se constituam em associação (...), e todos quantos pelo seu passado (...) possam representar uma decidida posição».

até agora a pouco mais do que uma mudança de nome ⁽¹⁴⁾, a SEDES poderia preencher um vácuo e instalar-se. É essa pelo menos a esperança dos seus dirigentes. Se assim for, a estratégia de penetração política da classe dominante no interior do país e no seio das massas populares (o «alargamento do mercado interno») passará a resumir-se no seguinte aforismo: onde não chega a (neo-)salazarista ANP chega a desenvolvimentista SEDES. Eis o significado preciso do apregoado pluralismo político e institucional: a burguesia concede ao país a audição dos diálogos circulares travados no seu (dela, burguesia) seio. Essa concessão é descrita como «liberdade política».

Os liberais e os europeus cá de casa não são porém «homens de partido» — e também nesse ponto se distinguem dos políticos da monarquia constitucional e da I República. Nasceram e cresceram para a vida política numa formação social e num ordenamento constitucional marcados pelo autoritarismo e pela função do Príncipe e não podem pensar o mundo e a sua transformação nos termos de intervenção demo-partidária comuns na Europa Ocidental. Se o Estado Novo só moderadamente foi monopartidário, a República Social só moderadamente será pluripartidária ⁽¹⁵⁾. O «diálogo» governantes/governados processar-se-á preferentemente através dos meios de Informação (a Televisão, sobretudo) e da discussão de opções ditas técnicas. As chamadas grandes questões nacionais serão periodicamente objecto do debate público, mas as votações consequentes adquirirão um carácter plebiscitário. Esta via — de cuja prática os vários «colóquios» ⁽¹⁶⁾ e as eleições de 69 são já exemplos límpidos — aproxima-se aliás da democracia autoritária que o neocapitalismo europeu se procura forjar ⁽¹⁷⁾. A criação de um aparelho de Estado fortemente burocratizado é descrita pela ideologia da burguesia como uma reabilitação da função do Príncipe ⁽¹⁸⁾. A aposta (o desafio) dos liberais centra-se assim no diálogo do Príncipe-Presidente com o Povo.

António Alçada Baptista pode pois, enquanto candidato da Oposição Democrática, propor a «*instituição do Presidencialismo unicéfalo em que o Presidente*

da República seja o responsável pela concretização da política nacional» com «o retorno à eleição por sufrágio directo» ⁽¹⁹⁾; e numa «*Introdução onde se pretende contribuir para um diagnóstico da vida pública nacional*» qualifica a recente substituição do Presidente de «o primeiro elemento verdadeiramente novo» dos últimos quarenta anos da vida política nacional ⁽²⁰⁾.

Singularmente (para os desprevenidos ou para os anti-faxistas ingénuos) o mesmo candidato da Oposição pôde permitir-se afirmar, no acto de aceitação da sua democrática candidatura que «a proposta de trabalho do prof. Marcello Caetano é concreta, é possível, é dignificante» que «há elementos do regime que com grande esforço e alguma incompreensão trabalham por um apoio cada vez maior ao Presidente do Conselho, no sentido da evolução para instituições políticas sãs» e que tem «por essas pessoas um grande respeito» ⁽²¹⁾.

Nos textos coligidos em *Documentos Políticos* cruzam-se aliás, significativamente três tipos de discurso: o de oposição, o de aceitação do sistema socio-político estabelecido e das regras do jogo respectivo, e o de aposta na acção do novo Presidente.

Mais do que o tradicional protesto de incondicional adesão, etc., esta síntese heterodoxa serve a democracia auoritária para que o Estado Novo evolui.

IV

Eis-nos perante um fenómeno de «antecipação superestrutural»: uma burguesia «progressista» pensa o (seu) mundo antecipando-se-lhe ideologicamente. Para justificar o seu lugar e a sua função no Mundo, uma burguesia «progressista» imagina-o, vê-o transformado por sua obra e por sua graça, pela vontade e pela inteligência dos chefes de empresa, dos industriais e dos técnicos amantes do desenvolvimento (e da «*pas social*»...). Num empreendimento ideológico deste tipo ⁽²²⁾, a burguesia não vê nem pode ver o papel e a função da(s) classe(s) social(ais) que dialécticamente se lhe opõe(m).

⁽¹⁴⁾ A integração na UN-ANP de «jovens modernizadores e liberalizadores post-salazaristas, constante do programa Melo e Castro e propagada aos quatro ventos nos primeiros meses de 1969, limitou-se até agora aos distritos de Leiria e de Aveiro (onde fica aliás a dever-se, acima de tudo, à acção pessoal dos respectivos governadores civis).

A renovação da UN-ANP está comprometida no resto do país; o dr. José Guilherme de Melo e Castro, que a personificou, foi afastado do cargo de presidente da Comissão Central no V Congresso (Abril de 1970); nas listas apresentadas ao sufrágio pelo movimento nas eleições de 69 e nas comissões concelhias e distritais recentemente nomeadas, a direita conservadora predomina; no distrito de Castelo Branco-Covilhã (da naturalidade do Dr. Melo e Castro) onde a renovação se apresentava como mais evidente e necessária, a UN-ANP apresentou às urnas uma lista tradicionalista, os renovadores do regime candidataram-se em nome da Oposição Democrática e (o que é mais grave)... perderam.

⁽¹⁵⁾ Era evidente que no momento em que a classe dominante experimentava a necessidade objectiva de «liberalizar» o seu ordenamento político não se dispunha a perder os trunfos amealhados no Consulado de Salazar. A democracia dos partidos (ao contrário do que os republicanos e o revisionismo nacionais pretendem fazer crer) está morta e enterrada. O Estado da burguesia não pode dispensar o Plano e o Plano é da autoria de uma techno-burocracia super-partidária. «A base do Estado moderno é o Plano, que tenha a perspectiva do desenvolvimento global como pensamento, como projecto e como prática. Sobre essa proposta teremos que construir o presidencialismo unicéfalo, emanado do sufrágio directo do cidadão efetor, donde recolhe a sua legitimidade e fica assim investido de poderes legislativos adequados à execução do Plano». (António Alçada Baptista, in *Manifesto, Povo do Distrito de Castelo Branco dos Candidatos da Oposição Democrática*, in *Documentos Políticos*, pág. 67).

⁽¹⁶⁾ Os «colóquios» (Transportes, Política Industrial) asseguram aos emodernizadores a discussão e a votação de reformas facilmente bloqueáveis pela burocracia do aparelho de Estado herdado do salazarismo. Nos «colóquios» — num dos últimos, o da Cova da Beira, efectuado na Covilhã na primeira semana de Outubro, participaram quatro membros do Governo — os governantes discutem com as suas bases — industriais, homens de negócios, financeiros, «forças vivas»... — as vias técnicas a ensaiar pelo Poder.

⁽¹⁷⁾ Democracia autoritária essa que encontra a expressão mais acabada na principessa V República Francesa. Mesmo após De Gaulle, mesmo quando o Príncipe é um insipido banqueiro, posta menor por vocação e negociante de canhões por dedicação, a V República baseia-se num contrato social plebiscitariamente celebrado entre o Presidente e os cidadãos. As recentes eleições parciais de Nancy e de Bordeaux demonstram até que ponto um opositor tem que entrar no jogo plebiscitário para ser eficaz.

⁽¹⁸⁾ Sirvam de exemplo estrangeiro as teses do lúcido Edgar Faure sobre o vigente «principado em França. Por lúcido entende-se aqui aquele que é dotado de consciência de classe.

⁽¹⁹⁾ «Manifesto ao Povo do Distrito de Castelo Branco», in *Documentos Políticos*, págs. 67 e segs.

⁽²⁰⁾ *Documentos Políticos*, pág. 11 e segs.

⁽²¹⁾ *Idem*, págs. 35 e segs.

⁽²²⁾ Cuja função é dupla: permite à burguesia adormecer os dominados e viver suportável e logicamente a sua dominação.

Os trabalhos com que a burguesia se defronta para ampliar e manter o seu poder em Portugal são «ciclónicos»: urge empreender um vasto programa de reformas cujo objectivo prioritário é a extensão do Modo de Produção Capitalista a todo o território (extensão essa que é descrita pelos «teóricos» do centro e da «esquerda» nos termos seguintes: ampliação do mercado interno, desenvolvimento económico e social, industrialização), «democratizar» o Ensino e a Cultura (isto é: alfabetizar e propagar a ideologia do consumidor feliz e do produtor integrado). Pelas suas posições privilegiadas na *vida real* (na Indústria, na Finança, nos serviços, na tecno-burocracia estadual) e pela sua ideologia, os «liberais» são, entre todos os grupos políticos da classe dominante, os mais aptos a proceder a essas reformas. Coligação heterogénea de industriais da alta e da média burguesia «ligadas à Europa», de técnicos, intelectuais, quadros intermédios e chefes de pessoal de origem pequeno-burguesa, esta aliança liberal (que se exprime inorgânicamente através da palavra e da acção dos chamados tecnocratas e orgânicamente através da UCIDT⁽²³⁾, da APDCP⁽²⁴⁾, dos Rotary Clubs e, agora da SEDES) poderá desenvolver conseqüentemente (conseqüentemente do ponto de vista do poder do Capital) o programa político do actual presidente do Conselho. A função modernizadora do aparelho de Estado da burguesia, que na Europa Ocidental (Alemanha, nomeadamente) está a ser prosseguida pela social-democracia, poderá vir a sê-lo em Portugal pelos «liberais». Neste contexto, os chamados «socialistas portugueses», que nas últimas eleições se agruparam nas CEUDs, perderam o comboio que aparentemente lhes estava destinado: o regime necessita objectivamente de uma oposição moderada e modernizadora, que apresente um programa de Governo «realista», «sensato» e «realizável», que possa ser Governo (ou dele fazer parte) quando e sempre que necessário. Mas essa oposição terá que aceitar os quadros em que o jogo se joga: os «socialistas» não estão aptos a fazê-lo, como o republicanismo verbal dos seus porta-vozes o comprova. Para a social-democracia portuguesa, o republicanismo é um lastro tão pesado como o marxismo o foi para a europeia. Quando se aperceber disso — quando for capaz de «esquecer» 1926 — já o comboio da respeitabilidade oposicionista estará cheio: restar-lhe-á requerer respeitosamente um lugar no vagão J⁽²⁵⁾.

Na actual conjuntura, o marcelismo adquirirá assim, muito provavelmente, a configuração de um hábil equilíbrio entre a «velha guarda» do regime (instalada na ANP e na administração central e, sobretudo, na local) e os liberais renovadores — contraponto político da aliança entre a burguesia agrária e comercial e os novos mandarins industrialistas.



Mas o êxito deste equilíbrio — ou seja: o próprio êxito da República Social — depende da capacidade da classe dominante de conseguir resolver ou, pelo menos, impedir o desenvolvimento, das contradições específicas do Modo de Produção Capitalista em Portugal. A oposição Europa/África («interesses africanos»/«interesses europeus») só poderá ser solucionada através dum programa acelerado de desenvolvimento e «pacificação política» dos «territórios portugueses do Terceiro Mundo» (sugestivo eufemismo do falecido Pinto Leite). A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção só poderá ser mantida a um nível suportável (não explosivo) se uma política acelerada de investimentos não colidir frontalmente com as anunciadas «redistribuições» dos rendimentos — «redistribuições» essenciais, aliás, ao «alargamento do mercado interno». (A multiplicação dos conflitos comprometeria, por outro lado o desenvolvimento, a industrialização e o reformismo⁽²⁶⁾). Finalmente, a difusão entre as massas populares da ideologia do desenvolvimento e do consumo — defrontará resistências que gravemente a comprometem. Se a despolitização tem sido entre nós, um dos trunfos do Poder, poderia transformar-se rapidamente num dos seus calcanhares de Aquiles — significando *objectivamente* uma resistência e uma recusa populares à integração nos aparelhos políticos e na ideologia da burguesia⁽²⁷⁾.

Um caminho sem escolhos para a República Social e para os seus liberais servidores é mais do que problemático: muitas nuvens se levantam nos seus horizontes. A História apenas realiza alguma ou algumas das transformações estruturalmente definidas: o triunfo do neocapitalismo em Portugal e a conseqüente ascensão irresistível dos liberais é apenas uma das transformações hoje possíveis à formação social portuguesa.

amadeu lopes sabino

(23) A UCIDT (União Católica de Industriais e Dirigentes de Trabalho) foi antes de 28 de Setembro animada pelo actual secretário do Trabalho, dr. Silva Pinto.

(24) A A.P.D.C.P. (Associação Portuguesa dos Directores e Chefes de Pessoal) realizou em 5, 6 e 7 de Novembro de 1970 o seu IV Encontro Anual. Presidiu o dr. Silva Pinto, secretário do Trabalho. Segundo o Diário de Notícias de 6 de Novembro de 1970, usaram da palavra o dr. Santa Clara Gomes (dirigente da associação e proponente da SEDES) que falou das virtudes da participação (tema do encontro), e o dr. Mário Pinto (assistente da Faculdade de Economia e proponente da SEDES) apresentou uma comunicação sobre «Definição e conceitos de participação».

(25) Três ex-candidatos às eleições de 1969 pela CEUD (Lisboa) são aliás proponentes da SEDES (vidé nota 12).

(26) Comprometeria também, evidentemente o reformismo da esquerda.

(27) O repórter da *Flema* observava a propósito do Colóquio da Cova da Beira: «A população da Covilhã viveu demasiadamente ao lado deste colóquio, como se verificou pela ausência nos debates e no alheamento observado ao longo da semana de trabalhos». (*Flema* de 16 de Outubro de 1970).